

I N F O R M E CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia • 1ª Região do Rio de Janeiro • Nº 39 • Julho • 1992

“Abertura é o desmonte do sistema econômico”

Para Celso Furtado, um dos debatedores sobre o tema “Abertura Econômica”, se o país se deixar arrastar pelo processo de internacionalização, sem projeto próprio, dificilmente será preservada nossa unidade como povo e nação.

páginas 3 a 5

Parceria Brasil-Japão
não retorna aos
níveis da década de
70

Página 6

CORECON
lança Sistema de
Projeções
Qualificadas

Página 9

Acordo da dívida é
vitória dos bancos

página 12



A história da economia fluminense é uma história de perdas e articulações pouco dinâmicas. Na questão agrícola, o dinamismo ficou restrito aos primeiros 70 anos do século passado. Depois, veio a decadência. Quando o país começa a se industrializar, num processo geral, o Rio de Janeiro até se mantém no compasso das indústrias típicas da primeira revolução industrial, principalmente a partir de alguns grandes projetos estatais, como a CSN, a Nacional de Álcalis. Mas das indústrias típicas da segunda revolução industrial, apenas uma sediou-se aqui: a construção naval. O Rio ficou ao largo dos complexos metal-mecânico e elétrico-eletrônico.

A terceira dimensão da perda do Rio refere-se ao porto da cidade. Desde a virada do século, quando a ligação São Paulo-Jundiaí abriu as terras do planalto paulista à rápida expansão da cafeicultura, o porto do Rio vem perdendo expressão para o porto de Santos.

A lista de perdas é grande, e pode incluir desde o esvaziamento geopolítico, com a transferência da capital do país para o Brasil central, até o último movimento notável, a transferência dos pólos de comando do sistema financeiro para São Paulo, em busca da maior concentração empresarial. Mas deve-se virar a questão e perguntar: em tal sucessão de perdas, que papel ficou para o Rio?

É preciso chamar a atenção para o óbvio: somos uma economia regional. Na melhor das chances, uma economia metropolitana, quer pelo fantástico deslocamento de população para a malha urbana, quer pelo fantástico esvaziamento do interior. Com toda a imprecisão do termo, o Rio de Janeiro ainda é, queiramos ou não, a chamada esquina de Brasília. É uma espécie de encruzilhada por onde passam as diversas correntes da vida brasileira e, nesse sentido, é a cidade menos provinciana do país. Redundantemente, é um Brasil condensado, com o que tenha de virtude e erro.

Há, na vida urbana do Rio, alguns mistérios a serem esclarecidos. A cidade tem uma configuração sócio-política muito peculiar, produto de sua história. Temos empresários bri-

lhantes, mas seus negócios, em geral, não têm base regional e, sim, nacional. Temos uma elite que pensa muito mais a Nação, e não a região. Dificilmente se faz o movimento região-Nação, característica de todos os outros lugares do Brasil. Além disso, há o estamento burocrático federal gigantesco que aqui permaneceu mesmo após a transferência da capital para Brasília, ao qual se somam as burocracias estadual e municipal, com todos os seus cruzamentos, a burocracia privada, das empresas. No interstício está o povo, com sua estratégia de sobrevivência ligada ao modo de vida das elites.

E como esse sistema se sustenta? De todas as funções importantes de metrópole, uma o Rio ainda preserva: é um pólo cultural. E pensamos muito pouco sobre as articulações que existem entre a função "pólo cultural" e as atividades econômicas. Estima-se que 80 mil pessoas ganhem a vida o ano inteiro, a partir do Carnaval. É um setor tão empregador quanto a construção naval. Aliás, no momento, mais empregador. Outro complexo não analisado refere-se ao que gravita em torno da moda, música etc. Ou seja, o padrão clássico pelo qual nós, economistas, analisamos estruturas de emprego — primário, secundário, terciário — é pobre para captar os elementos dinâmicos de uma cidade como o Rio.

Uma visão estratégica para o Rio, de longo prazo, deveria pensá-lo na Terceira Onda, que aponta para a sociedade de serviços. O Rio deve assumir sua vocação para a cultura, o lazer e o prazer. O que, no passado, foi motivo de deboche, deveria ser motivo de orgulho. Um balanço da qualidade de vida da cidade indica uma série de elementos atraentes, que poderiam fazer dela um grande espaço naturalmente competitivo para todo este mundo da Terceira Onda. Entretanto, temos uma carga negativa, que é a questão social. A estratégia de relançamento do Rio pressupõe, a curto prazo, o enfrentamento dessa questão. Essa é a esfinge que, não enfrentada, produzirá o Rio como um espaço de barbárie, e não da civilização.

BOLSA DE EMPREGOS

O CORECON está reativando sua BOLSA DE EMPREGOS. Entre em contato conosco para saber como funciona. Telefone 224-0578. Av. Rio Branco 109 19º andar.

CURSO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA I

Com o professor José Dutra Vieira Sobrinho. De 17 a 21 de agosto. Além do curso normal, será dada ênfase ao aspecto "indexadores econômicos". Informações pelo telefone 224-0578.

XX ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA

ANPEC – Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia
Campos do Jordão (SP) – dezembro 92
Inscrições de Trabalhos até 15 de agosto
Informações nos centros filiados ou na secretaria da ANPEC – UFF: R. Tiradentes, 17
Niterói (RJ) 24210

COMPANHEIRO ECONOMISTA

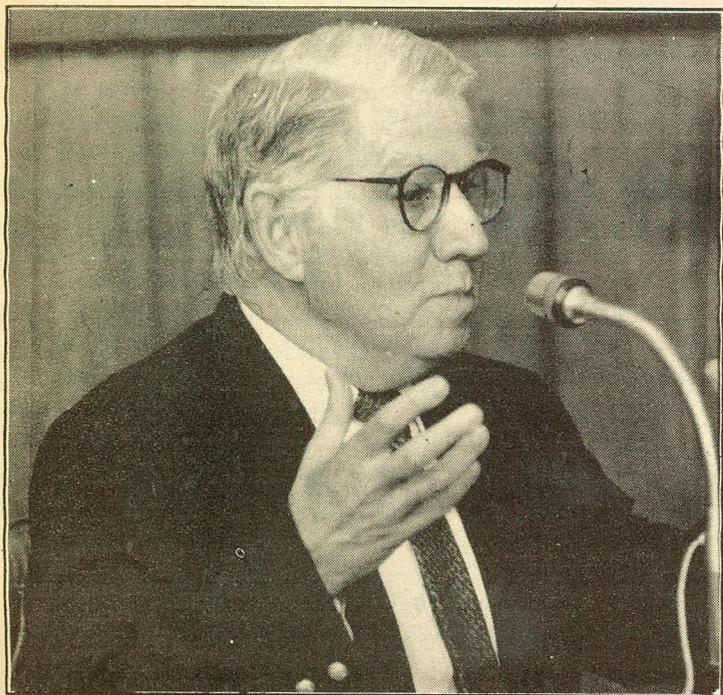
O Sindicato dos Economistas está iniciando um trabalho de consulta junto à categoria buscando melhor definir seu espaço de atuação.

Vamos discutir o papel do Sindicato e das entidades de economistas. Procure-nos e dê sua contribuição.

SINDECON-RJ — Av. Treze de Maio nº 23/1608
Tel.: 262-2535 e 262-2535

INFORME CORECON/Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro. Av. Rio Branco, 109/19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054 - 900. Tel.: (021) 224-0578. Presidente: Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa. Vice-Presidente: Maurício Buzanovsky. Conselheiros Efetivos: Marcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, Luis Otávio de Figueiredo Façanha, Luis Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero Castro, Ignácio de Mourão Rangel, Sidney Pascoutto da Rocha. Conselheiros Suplentes: Ailton de Albuquerque Queiroz, Lia Hansenclever, Eduardo Luiz de Mendonça. Secretaria de Fiscalização: Luiz Sérgio Ribeiro. Delegacia Regional de Campos: Denise Cunha Tavares Terra. Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. Biblioteca Eginardo Pires: bibliotecária Angela Peixoto. INFORME CORECON/Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, Editora e Jornalista Responsável: Deolinda Saraiva, reg. MT-14109. Diretor Responsável: Márcio Henrique M. de Castro. Conselho Editorial: Cláudio Considera, Ignácio Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique M. de Castro, Silvano da Silva Cardoso, Winston Fritsch. Coordenação e Edição: Frilas, Serviços Jornalísticos Ltda. Tel.: (021) 220-5444. Diagramação: Rama. Secretária: Ângela Peixoto. Edição Eletrônica: Rama Artes Gráficas Ltda. (021) 262-9906. Fotografia: Floriano Vieira. Fotolito e Impressão: Monitor Mercantil. Tiragem. 20.000 exemplares. Periodicidade: Mensal. As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

A Polêmica da Abertura



Severo Gomes

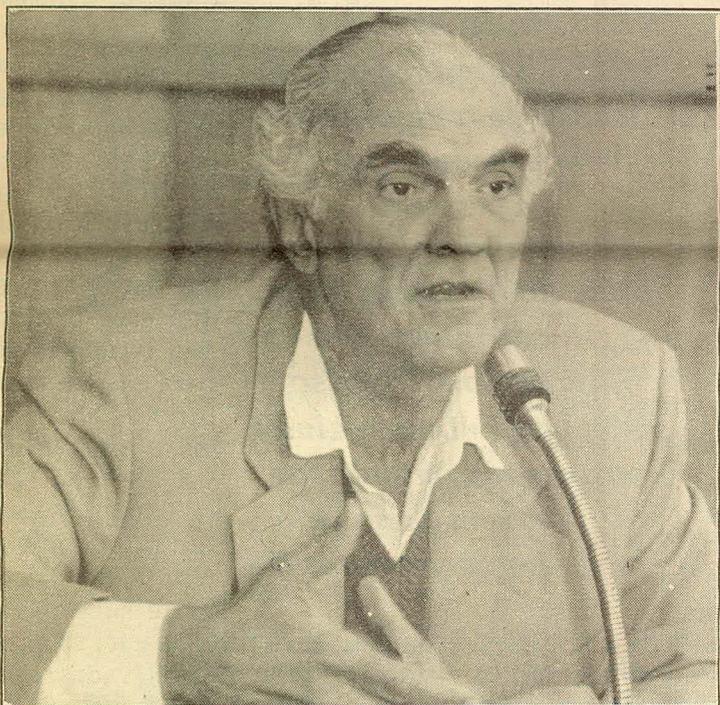
Celso Furtado, Severo Gomes e Saturnino Braga foram os convidados para o debate promovido pelo CORECON e Clube de Engenharia, no dia 16 de julho, tendo como tema Brasil: A Polêmica da Abertura.

Celso Furtado abordou a posição do Brasil dentro da nova ordem mundial emergente, alertando que, se o país se deixar arrastar pelo processo de internacionalização sem projeto próprio, dificilmente conseguirá manter sua unidade como povo e Nação.

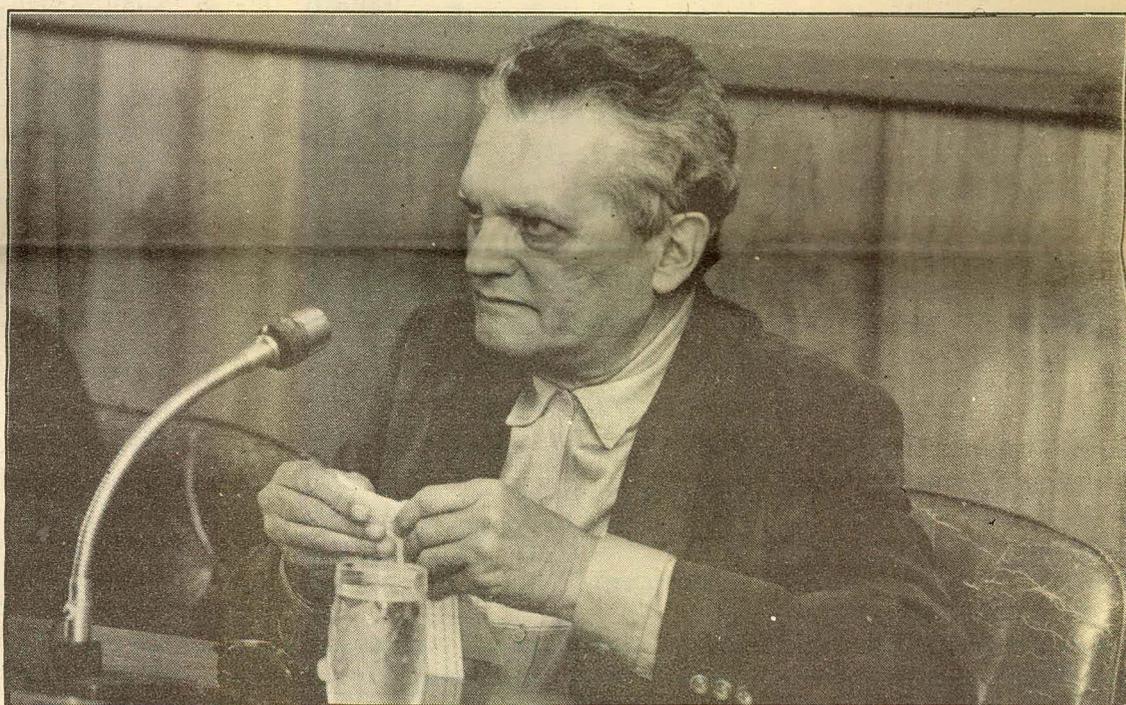
O senador Severo Gomes lembrou que em outros momentos de nossa história, regido por interesses externos, ergueu-se como agora um coro que alardeava o descrédito da Nação em si mesma.

Ele aponta o caminho para a solução dos problemas do país: o resgate da cidadania.

O ex-prefeito Saturnino Braga acredita que essa descrença em soluções, nas autoridades e a desigualdade social impedem um encontro político capaz de formular um novo projeto nacional, e prevê um aprofundamento da crise, um aumento das tensões, até que os diferentes setores sociais se disponham a fazer concessões nesse sentido.



Saturnino Braga



Celso Furtado

Celso Furtado

Se pretendemos captar o sentido das transformações que sinalizam o perfil da realidade mundial emergente neste fim de século, convém realizar um esforço de globalização tendo em conta os seguintes pontos:

1. O desequilíbrio estrutural da economia dos Estados Unidos, que já se prolonga por mais de um decênio — em razão do qual parte significativa da poupança dos demais países é drenada para financiar dispêndios correntes da população norte-americana —, muito provavelmente persistirá por alguns anos. A solução que venha a ser dada a esse problema pesará

seriamente na configuração futura da estrutura de poder mundial. O declínio dos Estados Unidos como centro hegemônico abrirá uma fase de acomodação de forças com reflexos difíceis de prever na área latino-americana, a qual atravessa um período de crise de suas estruturas políticas.

2. O segundo fator de incerteza é o amplo processo de reconstrução das economias do leste europeu, as quais continuarão a absorver parte da poupança gerada pelos demais países sem que tenham possibilidade de remunerar adequadamente esses capitais, o que contribui, com o desequilíbrio da economia norte-americana, para manter elevadas as

taxas de juros e retardar o desenvolvimento do Terceiro Mundo.

3. Independentemente das mudanças na configuração da estrutura do poder político mundial, prosseguirá a realocação de atividades produtivas provocada pelo impacto das novas técnicas de comunicação e tratamento da informação, o que tende a concentrar em áreas privilegiadas do Primeiro Mundo as atividades criativas, inovadoras ou simplesmente aquelas que são instrumento de poder.

4. Prosseguirá o avanço das empresas transnacionais graças à crescente concentração do poder financeiro e aos acordos no âmbito do GATT sobre patentes e controle da atividade intelectual, o que contri-

buirá para aprofundar o desequilíbrio Norte-Sul.

5. Tudo aponta, por conseguinte, no sentido do debilitamento dos sistemas econômicos nacionais, circunscrevendo-se as atividades estatais às áreas sociais e culturais e tendendo os Estados marcados por acentuada heterogeneidade cultural ou econômica a desarticular-se. As forças tendentes a internacionalizar os circuitos econômicos, financeiros e tecnológicos continuarão a operar para afrouxar os vínculos de solidariedade histórica que unem no quadro de uma nacionalidade populações marcadas por acentuadas disparidades de níveis de vida.

6. A atividade política internacional privilegiará a abordagem

dos problemas ligados à preservação do meio ambiente, à erradicação das enfermidades contagiosas, da fome, e à manutenção da paz. Na esfera econômica, tenderão a prevalecer as atividades internacionalizadas, as quais balizarão o espaço a ser ocupado por atividades não-competitivas e informais. A importância relativa destas últimas definirá o grau de subdesenvolvimento de cada região: áreas desenvolvidas e subdesenvolvidas estarão assim estruturalmente integradas.

7. A estrutura internacional de poder continuará sua evolução para assumir a forma de grandes blocos de nações sedes de empresas transnacionais que dispõem de rico acervo de conhecimentos e pessoal capacitado. O intercâmbio internacional de serviços, particularmente os financeiros e tecnológicos, crescerá em detrimento do de bens tradicionais. Na dinâmica desse sistema, prevalecem as forças tendentes a reproduzir a atual clivagem de desenvolvimento / subdesenvolvimento. Para escapar a esse sistema de forças que se articulam planetariamente, será necessário que se conjugue uma vontade política fundada em amplo consenso social com condições objetivas que poucos países do Terceiro Mundo reúnem atualmente.

Convém refletir sobre esses ajustamentos estruturais globais em curso de realização se pretendemos delimitar o espaço dentro do qual deveremos fazer nossas opções históricas, sem perder de vista que somos ainda um país em construção. Como preservar nossa identidade cultural e unidade política em um mundo dominado por grupos transnacionais que fundam seu poder no controle da tecnologia, da informação e do capital financeiro?

Mas, antes de tudo, devemos refletir sobre a natureza da crise que nos arrastou a um marasmo que se prolonga por mais de um decênio. Crise que interrompeu a formação de nosso sistema econômico nacional quando ainda não havíamos alcançado autonomia suficiente para atravessar com êxito mudanças bruscas na conjuntura internacional como as que agora conhecemos. Devemos nos deter sobre a natureza da crise provocada por essas mu-

danças, que não poderá ser debelada sem um esforço considerável de superação dos anacronismos que marcam nossas estruturas econômicas e sociais.

Com efeito, o Brasil vive uma crise que por sua amplitude e profundidade, não tem precedentes na história do país. Essa crise teve seu ponto de origem nas relações externas, econômicas e financeiras, e somente poderá ser superada mediante drásticas medidas de ajustes estruturais de dimensões comparáveis às que conhecemos por ocasião da abolição da escravatura.

Para situar-se diante de uma problemática tão complexa, convém relembrar coisas elementares, particularmente em relação às contas externas do país.

No correr do período 1980-1991, o *quantum* (volume físico) das exportações brasileiras cresceu 84 por cento, crescimento que foi parcialmente anulado pela baixa de 14 por

cento no preço unitário dessas exportações. Ora, no mesmo período, o índice dos valores unitários das importações cresceu em 6 por cento, o que significa que um quinto do valor das exportações se perdeu em razão do comportamento adverso dos termos do intercâmbio externo.

Dado o peso da dívida externa, inflada pela elevação das taxas de juros internacionais no final dos anos 70, as importações tiveram que ser drasticamente comprimidas. No mesmo decênio em que o *quantum* das exportações aumentava em 84 por cento, o das importações foi reduzido em 13 por cento, para abrir espaço ao pagamento do serviço da dívida externa, cujo refinanciamento foi brutalmente interrompido a partir da moratória mexicana de 1982.

Uma contração tão brutal das importações, numa economia em que estas são principalmente constituídas de insumos de difícil substituição e de bens de capital, teria que traduzir-se em elevação dos preços relativos destes últimos e, *a fortiori*, em redução dos investimentos e em baixa na taxa de crescimento da produção de bens e serviços. Uma economia que absorvia recursos externos em montante corresponden-

te a de 2% a 4% do PIB passou a exportar recursos reais em quantidade correspondente a 3% ou 4% desse mesmo PIB. As conseqüências seriam de fácil previsão: redução da taxa de investimento de 22%, 23% do PIB para 16%, queda brutal da taxa de crescimento e forte pressão inflacionária.

A situação do Brasil se assemelha à de um país que houvesse perdido uma guerra — a brusca elevação das taxas de juros do final dos anos 70 e o corte abrupto dos créditos externos no começo dos anos 80 podem ser comparados a uma agressão externa — sem que sua população fosse adequadamente informada e, menos ainda, mobilizada para aceitar os dolorosos ajustamentos estruturais que se impunham. Na ausência de uma política de ajustamentos com base em consenso, estes tiveram de ser realizados mediante inflação, desemprego e concentração de renda, vale dizer, com o máximo de custo social.

O mais grave é que o problema foi grosseiramente simplificado, atribuindo-se ao Estado as causas da recessão, e pretendendo-se ignorar a responsabilidade do setor financeiro internacional. Ora, foi este último que criou as facilidades de endividamento e locupletou-se com as brutais

elevações das taxas de juros.

Não se trata de uma crise cíclica, uma clássica purga recessiva capaz de revigorar o sistema econômico. Trata-se de um processo de desmantelamento do sistema econômico sob pretexto de aumentar seu grau de integração na economia internacional. Não devemos perder de vista que o sistema econômico brasileiro ainda estava em formação quando teve início a crise que nos atingiu em cheio no início dos anos 80. No mundo dominado por empresas transnacionais de âmbito planetário, a sobrevivência dos sistemas econômicos nacionais é cada vez mais problemática. Portanto, o que está em jogo é nosso destino como nação dentro do novo recorte político mundial que se desenha. Nesse quadro de incertezas, os Estados nacionais continuarão a ter um papel decisivo na definição dos rumos que tomará a história de cada povo.

É certo que já não se pode desconhecer que a crise da economia brasileira tem sua causa mais profunda num desequilíbrio que não poderá ser corrigido sem uma redefinição e redistribuição da carga fiscal, o que não é factível sem um novo pacto social ou algo que aponte nessa direção.

O que muitos procuram ocultar é que a origem desse desequilíbrio está na explosão da dívida externa criada pela inusitada elevação das taxas de juros do final dos anos 70. Ora, essa elevação não se explica sem o desequilíbrio da economia dos Estados Unidos, em razão do qual mais de metade das disponibilidades da poupança internacional é drenada para esse país. Que a carga do serviço da dívida haja sido transferida para o setor público, aliviando as empresas privadas, encontra explicação na tradição brasileira de socialização de perdas provocadas pelas crises cambiais, raiz

da inflação que é inerente à nossa vida econômica. A transferência para o Estado da responsabilidade total pelo serviço da dívida tornou imprescindível uma ampla reforma fiscal, sem o que esse Estado está incapacitado para exercer suas funções ali onde ele é insubstituível. De tudo isso resultou que o setor público passou a absorver parte substancial

da poupança privada e foi arrastado a assegurar a esta elevadas taxas de juros que contribuem para aprofundar a concentração da renda e para estimular as atividades especulativas em detrimento dos investimentos reprodutivos. Dessa forma, desequilíbrio externo, recessão, concentração da renda e déficit fiscal são elementos de um círculo perverso da causalidade que se auto-alimenta. Para dele escapar, faz-se necessário um novo pacto social que viabilize um amplo trabalho de reconstrução de nossas estruturas econômicas e sociais.

Para que o novo pacto social se torne viável, é indispensável que comecemos por nos colocar de acordo sobre o montante dos recursos a transferir para o exterior como serviço da dívida externa e sobre a forma de captar esses recursos, vale dizer, sobre a distribuição da carga fiscal adicional daí decorrente. O Congresso Nacional e a sociedade

"A situação do Brasil se assemelha à de um país que perdeu uma guerra. A subida das taxas de juros no fim dos anos 70 e o corte abrupto dos créditos externos se comparam a uma agressão. Os vencedores impõem condições de uma paz cartaginesa. Resta ver se sobreviveremos preservando a unidade nacional"

"Não se trata de uma crise cíclica, purga recessiva capaz de revigorar o sistema econômico. É processo de desmantelamento, a pretexto de aumentar o grau de integração internacional. Nosso sistema econômico ainda se formava quando foi atingido em cheio pela crise do início dos anos 80"

em geral teriam de debater amplamente essa matéria, partindo do princípio de que no quadro internacional que se apresenta atualmente não nos resta senão negociar com os credores em posição extremamente desfavorável. O sacrifício requerido da população — correspondente a um mínimo de 3 por cento do PIB — teria de assumir a forma de item autônomo no orçamento federal, num plano plurianual de dispêndios financiado por impostos que incidam sobre a riqueza mobiliária e imobiliária das pessoas físicas. Mas nenhum pacto social terá abrangência e legitimidade enquanto o Estado continuar a financiar seus dispêndios com inflação e a favorecer o capital especulativo assegurando-lhe taxas de juros exorbitantes. A reforma fiscal, que permita estancar a inflação, também deverá ser utilizada para redirecionar os gastos públicos dentro de uma nova visão do desenvolvimento e da modernidade que tenha em conta os limites ecológicos do crescimento econômico e vise, acima de tudo, satisfazer as necessidades básicas do conjunto da população e enriquecer o patrimônio cultural do país.

E não esqueçamos que, nas grandes crises vividas pelos povos nos tempos modernos, a tarefa mais difícil cabe ao Estado que, sendo o principal instrumento da obra de reconstrução a realizar, terá ele mesmo de ser concomitantemente reconstruído. É um esforço hercúleo que cabe exigir da sociedade, o qual será tanto mais penoso quanto maior e mais prolongada for a transferência unilateral de recursos para o exterior imposta pelos credores. Devemos reconhecer que perdemos uma guerra e que os vencedores nos vêm impondo as condições de uma paz cartaginesa. Resta saber se seremos capazes de sobreviver preservando a unidade nacional. Uma estratégia de sobrevivência não deve ignorar o objetivo principal que perseguimos.

O desafio que nos cabe enfrentar é o de reconstruir nossas estruturas dentro de um mundo em rápido processo de transformação estrutural, ele mesmo. E não podemos perder de vista que se nos deixamos arrastar pelo processo de internacionalização, sem um projeto próprio, dificilmente preservaremos nossa unidade como povo e como nação.

Severo Gomes

Vou me ater à abertura econômica, que ocorre no quadro que chamam "modernidade neoliberal". Há um amesquinha-

mento do Estado e o império do mercado. Esse amesquinamento é a renúncia a um projeto nacional, pois o mercado será impotente para supri-lo. A abertura do mercado externo encontra objeções muito grandes. Basta lembrar que 50% do comércio internacional é feito dentro das empresas. Então, qual é o tamanho desse mercado? Eu não quero deixar de lembrar qual a outra parte que se realiza entre empresas dos oligopólios — alumínio, petroquímica, indústria farmacêutica — para termos um quadro real da situação: não estamos abrindo a economia para que o mercado seja o comandante, e sim para que as grandes empresas comandem os destinos da humanidade.

Os que propõem essas teses liberais ortodoxas se esquecem da crise de 1929, depois da qual os Estados passaram a ter papéis crescentes, políticos, sociais. Outra decorrência dessa liberdade é a paralisação de toda a inovação tecnológica no país. São necessários investimentos de longo prazo que o Brasil, bem ou mal, vinha realizando. Aliás, esses conceitos neoliberais já são, hoje, muito criticados nos próprios países industrializados. Com relação aos países do Terceiro Mundo e os neocapitalistas, que abandonaram o socialismo, para esses não há crítica nenhuma. Têm que aceitar isso como se fosse uma lei na natureza.

Nosso desenvolvimento, nestes últimos 50 anos, depois da Revolução de 30, guarda uma grande originalidade. Não podemos nos alienar dessa crítica, pois a alienação faz com que a população perca a crença em si mesma, é o descrédito nacional, que, no Brasil, já foi até ideologia: o *Jeca Tatu*, do Monteiro Lobato, o *Retrato do Brasil*, do Paulo Prado, eram as fontes da descrença do povo em si mesmo. O desenvolvimento dos últimos 50 anos ocorreu com presença pesada do Estado, com economia capitalista, com expansão do mercado interno, foi isso que permitiu o avanço do Brasil — e hoje pesa sobre ele uma ameaça muito grande. O grande motor do desenvolvimento brasileiro era o mercado interno, por mais baixos que fossem os salários. Esse é o ponto de partida, ter o mercado.

No período do entre guerras não havia ordem econômica mundial. Esse período influenciou não só sobre a questão econômica, como também sobre a cultura. Lembro só uma data: o ano de 1922 é o ano do Tenentismo, mas é também o ano da fundação do Partido Comunista, do Instituto Nacional de Tecnologia, da Semana de Arte Moderna. Essa cultura permitiu uma visão

crítica sobre o Brasil. É nesse período que se forma o pensamento de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado. Aqui começa o romance regional brasileiro, e não mais a mera continuidade dos períodos literários europeus. Até hoje temos brasileiros comemorando a abertura dos portos como se fosse uma vitória da nacionalidade, quando, na verdade, foi uma imposição da esquadra inglesa.

Nossa cultura é impregnada de alguns valores fundamentais do Iluminismo, como a liberdade e a igualdade. Mas esses conceitos são contraditórios, e só é possível fazê-los vigir dentro de uma Nação se houver força política que impeça que o mais forte destrua o mais fraco, dentro e fora do país. Estamos assistindo a preparação para o dismantelamento do país, e do abandono de qualquer idéia de um projeto nacional. Só há um caminho: o despertar da cidadania. É preciso discutir, alertar a população.

Saturnino Braga

Tenho a sensação de que estamos vivendo um daqueles momentos que chamo "momento ético" da história de um país. Um desses períodos foi no final dos anos 70, início dos anos 80 do século passado, quando se produziu a batalha da Abolição. Foi um debate profundo, um desabrochar ético, que enfrentou o conservadorismo e mudou a história. O outro começa em 1922, e depois produziu toda a reformulação da política da Velha República para entrar pelos dois períodos Vargas, até chegar no projeto desenvolvimentista dos anos 50, que faliu. Por imposição externa, que Furtado comparou a uma derrota de nossa Nação numa suposta guerra.

Precisamos ser capazes de rever um momento ético da Nação e compor um novo projeto de desenvolvimento. É uma tarefa eminentemente política, num cenário internacional amplamente desfavorá-

vel, que deve levar em conta os fatores internos. Esses fatores estão na alçada de nossa vontade política. Um deles é a falência do Estado, que deve ser elemento propulsor desse novo projeto desenvolvimentista. E esse Estado está falido financeiramente, depois de concessões de toda a ordem ao capital privado, e até por causa do afrouxamento fiscal. Não será apenas através de uma nova dinâmica dos investimentos privados e externos que vamos sair dessa situação. Outro fator é a questão social. O modelo desenvolvimentista foi extremamente desatencioso nessa questão, assim como na educação.

Com toda a franqueza, uma das dificuldades é que as condições não propiciam o encontro político capaz de formular o pacto social que leve a um novo projeto nacional. Isso é resultado de toda a desigualdade social, da descrença em soluções, da descrença nas autoridades. Teremos que cumprir exigências que esse momento ético está colocando, como viver ainda um aprofundamento dessa crise, o esgarçamento das instituições, a tensão da crise. De tal forma que, de todos os lados e de todos os setores, se crie a disposição de fazer concessões e pensar na unidade nacional. Depois do autoritarismo, ainda se vive a euforia na sociedade civil, onde se processam as disputas e conflitos regulados dos interesses. Ainda não se produziu a resposta aos desafios que vêm de fora. Esse fenômeno de afloramento ainda não se esgotou. Nesse interregno, valem iniciativas como esta, de discussão.

Não se completou a formação do caldo de cultura. Paralelamente, há a tarefa de reconstrução da vida política do país, por sua base. É preciso mostrar à população que é possível encontrar fórmulas para solução dos problemas. E eu acredito que a reconstrução da vida política do país se faça já com o resultado dessas próximas eleições, em outubro.

S/SOFF

Serviços de Mala Direta Ltda.

Utilize nossos serviços
Manuseamos e Expedimos:

- Revistas
- Boletins
- Informativos Periódicos
- Carnês
- Anuidades
- Guias de Contribuição Sindical

Confie em nosso trabalho
Uma empresa conceituada no
mercado pela sua pontualidade e
honradez.

Fale diretamente com Humberto
Machado, pelo telefone — 263-7570
Rua do Propósito, 27 — Saúde — RJ

Brasil e Japão na nova ordem mundial

Como ficam as relações econômicas entre o Brasil e o Japão nos anos 90, dentro da nova ordem mundial que se estabelece a partir da decadência do império norte-americano, da ascensão asiática e da unificação alemã? Para responder essa questão, o CORECON e o Clube de Engenharia promoveram um debate entre os professores Ernani Teixeira Torres Filho e Maria da Conceição Tavares — reconhecidos estudiosos do assunto — e o economista japonês Mitsu Kagame, do BID, coordenador do projeto latino-americano do Instituto de Economia e Desenvolvimento. A seguir, publicamos os principais trechos de suas exposições e os melhores momentos do debate.



Mitsu Kagame, Ernani Teixeira, Darc A. Costa e Maria da Conceição no debate

Ernani Teixeira T. Filho

Com a crise no petróleo, o Japão teve três áreas básicas de reorientação internacional: Austrália, Brasil e Canadá. São três países relativamente seguros, sem sentimentos anti-nipônicos, continentais, com grandes bases de recursos naturais. Ou seja, complementares à economia japonesa. Quando os americanos, no período de ajustes dos anos 70, decidiram parar de produzir localmente algumas coisas, os japoneses decidiram continuar produzindo em seu território. Não desempregaram seus trabalhadores, reestruturaram sua indústria e buscaram novas alianças.

O Brasil era considerado uma aliança estratégica, porque, do ponto de vista primário, competia com Estados

Unidos. Em 1970, uma das pressões norte-americanas sobre o Japão foi suspender o embarque de soja, alimento básico japonês, o que provocou uma escassez fantástica. O resultado foi que um dos maiores projetos japoneses no Brasil — os cerrados — nasceu daí. Um caso mais recente é o suco de laranja. Eles estão sendo obrigados a abrir o mercado, e os norte-americanos chegaram arrebatando. Os japoneses abriram negociações com os produtores brasileiros, que devem ficar com 50% desse mercado.

Há outros segmentos em que essa parceria aparece. Alumínio, aço de baixo valor agregado. O fato é que, em 1979, nós éramos o terceiro maior país hospedeiro de capital japonês no mundo. Somos o principal país, em termos comerciais, de relações com o Japão na

América Latina. E também metade do investimento direto na região está aqui. É verdade que já não somos mais o terceiro país hospedeiro, somos o sexto ou sétimo, e a base desse investimento foi feita nos anos 70. Cai nos anos 80. Isso é estarrecedor porque, no período de 1984 a 1988, o investimento direto japonês sai de US\$ 4,5 bilhões para US\$ 40 bilhões. Isso mostra o que é o processo de internacionalização japonês. Durante esse mesmo período, o Brasil recebe US\$ 100 milhões/ano. Nós ficamos fora do jogo quando os japoneses partem para um efetivo processo de internacionalização.

Algumas mudanças foram estruturais, aconteceriam mesmo que não houvesse estagnação econômica no Brasil, ou que não houvesse o problema da nossa dívida externa. Matérias-

primas estratégicas já não são tão importantes quanto eram no passado. Os mercados são mais competitivos, e as inovações tecnológicas provocaram redução no conteúdo de matéria-prima do produto final. E há a mudança da inserção internacional: a partir de 1985 eles se tornam os grandes credores do mundo. Eles entraram pesado na economia norte-americana, e houve forte reação, obrigando-os a construir fábricas nos EUA, para reduzir esses impactos. Então, esse é um caminho que eles estão fazendo: fábricas nos EUA e Europa para garantir mercado, e redirecionamento da indústria para a Ásia. O resto do mundo está fora do jogo, a princípio.

Problemas dos japoneses: a entrada na Europa é muito difícil. Para se ter uma idéia, os franceses querem passar

uma legislação dizendo que é considerado produto japonês todo o produto que tenha algum conteúdo relevante japonês, produzido em qualquer lugar do mundo. No caso da Ásia, é preciso lembrar que são inimigos históricos, milenares. É uma área complicada. Boa parte da movida diplomática japonesa na região é feita pela Austrália. Por outro lado, se são bons bancadores — metade do ajustamento mexicano foi pago pelos japoneses, os norte-americanos decidem e eles pagam — não têm condições de se tornar elementos centrais de poder. Não conseguiram fazer o presidente do Banco Mundial, os norte-americanos não deixam, não dão nem mesmo uma participação semelhante à da Inglaterra, que manda mais nos organismos internacionais do que eles. E não contribui com nada.

Apesar de não sermos importantes — não temos indústria configurada para a exportação, como a Ásia, estamos com mercado estagnado, como mercado absoluto já não somos tão relevantes —, mesmo assim há uma perspectiva política interessante do ponto de vista estratégico. Os japoneses são estrategistas. Eles não podem abrir mão do espaço latino-americano porque não têm segurança internacional. E, apesar dos problemas acumulados no passado e na gestão Zélia, o ministro Marcílio conseguiu, em seis meses, limpar todas as grandes pendências. A colocação de Eliezer Batista no Ministério é importante para o relacionamento com o Japão. Ele é extremamente bem considerado, e tem condições de abrir uma discussão com o governo

japonês, que é o caminho em direção ao setor privado. A médio prazo não há interesse, a não ser pontuais. A Toyota deve fazer algum investimento em São Paulo, a Honda comprou um pedaço de terra em Campinas. Mas isso não quer dizer que eles não continuem acompanhando de perto o que acontece com o Brasil.

Mitsu Kagame

Quero abordar três coisas: o que está ocorrendo agora na Ásia, o que acontece no mundo, principalmente no mundo bloqueado, e, por fim, um balanço do Japão.

O mundo está mudando muito rápido, depois dos dois choques do petróleo e crises de dívida externa. Os ajustes na indústria dos países desenvolvidos afetam os países em desenvolvimento, pois o mundo é mais interdependente do que antes. A Ásia é um núcleo de crescimento. Depois de 1985, mudam drasticamente os preços dos ativos na Ásia, combinado com os altos salários. Japão, Coréia e Taiwan começaram a transferir seus investimentos, especialmente entre os países da Apsea — Associação de Países do Sudeste Asiático, onde os salários estavam baixos. A globalização das companhias, transnacionalização dos investimentos e transações, atravessando fronteiras, são comuns. Os países asiáticos formam uma divisão internacional segundo suas vantagens comparativas.

Uma coisa interessante é a mudança das regiões que recebem investimentos estrangeiros diretos. Primeiro, Japão e outros países industrializados investiram nos novos países industrializados do Leste Asiático, os NIC's: Coréia, Hong Kong, Singapura e Taiwan. Depois, os NIC's investiram nos da Apsea, principalmente na Tailândia e Malásia. Por fim, os NIC's asiáticos começaram a investir na região costeira da China, Vietnã e Laos vão aceitar investimentos estrangeiros num futuro próximo, e o Camboja, Khmer Vermelho e Birmânia também. Uma cadeia de abastecimento se forma nos países asiáticos. Os NIC's recebem investimentos estrangeiros diretos e alcançam tecnologias avançadas. Por sua vez, investem nos países da Apsea, realizando uma dupla função — receptores e emissores. Países industrializados da



"Os países asiáticos mostram resultados magníficos em termos de crescimento. Nos anos 80, cresceram 5%, em média. Isso deve se repetir nos anos 90. A Ásia é núcleo de progresso"
Mitsu Kagame

América Latina, como Brasil e México, poderiam fazer isso também.

A nível de crescimento econômico, os países asiáticos mostram um resultado magnífico. Nos anos 80, a região cresceu em média 5%. Dizem que esse crescimento seguirá pelos anos 90. Em 1993, as taxas esperadas, por exemplo, para Hong Kong e Coréia são, respectivamente, 6,4% e 8%. A região, se essas taxas se confirmarem, configura-se como um núcleo de progresso mundial.

Os europeus estão formando um grande mercado unificado; norte-americanos estão formando um Tratado de Livre Comércio da América do Norte. O Mercosul é outro exemplo de integração regional. Parece que o mundo se dirige a um bloco. Dados sobre o comércio internacional de 1990 mostram como isso se dá. Doze países europeus ficaram com 41% da exportação mundial; países da América do Norte ficaram com 17%. A Ásia, incluindo Japão, NIC's, Apsea e China, ocupam 21%. Os manufaturados expandiram-se a uma taxa de 18% entre 1970 e 1987, na Ásia, enquanto nos doze países da comunidade europeia cresceram 13%. Será que os anos 90 se caracterizarão por uma batalha de comércio entre os diferentes blocos econômicos?

Penso que o mundo ocidental vai formar blocos, principalmente por competitividade. EUA e Europa não têm competitividade em alguns produtos manufaturados. Por isso, para obter alta competitividade, eles mudam fábricas para regiões mais baratas em termos de fatores de produção, dentro de seu bloco. Por exemplo, sediar fábricas dos Estados Unidos no México. Por outro lado, os países orientais também vão formar blocos. Depois do fim da Guerra Fria, China e Rússia querem alcançar o capitalismo e abrir suas fronteiras, e os diferentes países asiáticos buscam a formação de blocos. A pergunta fundamental é: o Japão vai participar deles? A resposta é não, por duas razões. Os países asiáticos têm uma forte alergia contra a presença do Japão, porque o Japão os invadiu durante a 2ª Guerra. Outra razão é que o Japão não precisa participar em blocos, porque a atual integração econômica já formou a rede de manufaturas, através de mecanismos de mercado, como já expliquei.

Sob essas circunstâncias, que caminho toma o Japão? Politicamente, não temos a mesma capacidade dos Estados Unidos, mas economicamente, sim. O Japão poderia fazer três coisas: abrir mais suas fronteiras para produtos primários, inclusive arroz, mas também para os manufaturados. Em segundo, buscar investimentos estrangeiros, inclusive no setor financeiro. Terceiro, aumentar a assistência oficial para o desenvolvimento, na Official Development Assistance (ODA). No ano passado, o Japão contribuiu com US\$ 10 bilhões. Em segundo lugar, ficaram os EUA, com quase US\$ 9 bilhões e, em terceiro, a Alemanha, com US\$ 6 bilhões.

Maria da Conceição

Não fomos mencionados na palestra dele, e não por acaso... O Japão caminha pela Ásia, onde já se integrou, e não tem pretensões de dominá-la militar e nem monetariamente. A diferença entre o Japão, como potência dominante na Ásia, e a Alemanha, como potência dominante na Europa, é que esta tem todas as moedas alinhadas com o marco, e o Japão, não. Os países asiáticos têm um alinhamento mais tecnológico, de investimento direto. Na verdade, o comércio intra-asiáticos não tem a importância que o comércio intra-europeu tem. Tanto o Japão como os mais importantes NIC's têm como mercado prioritário os Estados Unidos. O Japão não precisa fazer blocos, porque é o único país, nos mar-



"Entre 1984 e 1988 o investimento direto japonês saiu de US\$ 4,5 bi para US\$ 40 bi. O Brasil, nesse período, recebeu só US\$ 100 mi ao ano. Ficamos fora quando o Japão partiu efetivamente para a internacionalização"
Ernani Teixeira



"Somente o Japão, nos marcos da terceira revolução industrial, tem competitividade sistêmica. O país tem indústria ligada às últimas novidades da tecnologia, com base na informática."
Maria da Conceição

cos da terceira revolução industrial, que tem competitividade sistêmica. O Japão montou, dentro da ilha, um sistema industrial novo. Mas o que é muito grave na simetria de poder são as relações privilegiadas com os EUA, do ponto de vista de que o Japão não pôde evitar o casamento comercial com os EUA, não pôde evitar o investimento direto, a tensão nessa relação cresce, aparentemente é um casamento brigado, mas não se prevê divórcio. Por uma razão muito simples: a área do Pacífico é efetivamente coordenada por Japão, de um lado, e EUA de outro. Os negócios são da ordem de US\$ 1 trilhão. É o maior cluster de investimentos diretos, tecnologia, crédito, comércio, movimentos de capitais. É uma área estranha, porque requer desequilíbrio permanente do balanço de pagamentos norte-americano.

Os EUA hoje obrigam o Japão a uma política de *low profile* em diplomacia, em tecnologia, em assistência técnica e em recursos. Na verdade o Japão não tem liberdade de fazer acordos tecnológicos com outros países. As relações com o Japão têm que ser — aliás, como sempre foram — governo a governo. Perdemos a ferrovia de integração com o Pacífico, e, por isso, não somos dessa área. Chile, Peru e México são área Pacífico. O presidente Bush, no enterro do imperador Hiroito, disse textualmente a eles que não era para fazer o investimento na ferrovia.

Mas as coisas estão se complicando. Estamos numa recessão mundial. O Japão, neste ano, não cresceu como antes, e não pode substituir um sistema que se internacionalizou — suas grandes empresas, seus grandes bancos, que hoje são os maiores do mundo, não pode fazê-los voltar para casa. O Japão vai continuar tentando — e dentro de

uns cinco anos deve conseguir — influir nos organismos multilaterais.

Não somos mercado relevante para as multi japonesas, salvo como projeto estratégico de expansão de recursos. Objetivamente, sobra liquidez no mundo, sobram recursos de capital, o mundo está meio paralisado. O Japão deve avançar na China. É tempo de Ásia. Quem está no Pacífico leva alguma vantagem, mesmo porque são países pequenos que podem se integrar com as *trades* japonesas. Nós, não. Aqui a idéia é retomar os grandes projetos lentamente, mas com acordo de Estado. Pode ser que os portos interessem, ou algumas das estatais. Mas, temporariamente pelo menos, somos área dos EUA. E o Japão tem isso claro, faz uma política muito *low profile* e contínua: mantém redes, ajuda a USP, faz política cultural, mantém relações. Temos mais integração com a Europa de que com o Japão, porque temos 40% do comércio com os europeus, e toda a nossa indústria de bens de capital relevante é ligada aos alemães. O que é bom para nós, mas temos o problema de modernizar os complexos primários-exportadores, sobretudo com aquilo que vai faltar, a energia. Estamos perdendo vantagens comparativas em energia e em transporte.

Nessas coisas dá para fazer acordo com os japoneses, desde que sejam de longo prazo e não sejam na base do aventureirismo. O Japão não desinveste, fica à espera. No dia em que o Brasil tiver capacidade estratégica estatal de desenhar seu sistema de transportes, de energia, de portos, de readequação das vantagens competitivas históricas, teremos negócios de longo prazo. Mas não creio que sejamos atrativos como espaço regional de investimento.

Melhores momentos do debate

Mitsu Kagame

“Não há possibilidade de o iene se posicionar no mundo como o dólar. Trata-se de uma moeda especial. Alguns países da Ásia podem usá-lo como câmbio, mas o dólar é muito forte.”

“Com inflação em 20% ao mês, é muito difícil que os empresários japoneses invistam no Brasil. Mas há forte intenção de fazê-lo no futuro, principalmente em projetos de longo prazo. O Japão voltará a investir, é certo.”

“Na década de 80 os investimentos japoneses no EUA cresceram enormemente. Havia uma guerra de comércio exterior entre os dois países e, por razões do déficit comercial norte-americano, o Japão investiu nos EUA até 1990. No passado, a taxa diminuiu. Mas a soma de capitais japoneses por lá é enorme.”

“As relações entre Japão e Alemanha são, agora, muito boas. O Japão importa carros da Mercedes-Benz e da BMW, e não importa carros americanos, por exemplo. Até o fim deste século prevejo algumas dificuldades, pois a Alemanha será muito forte dentro da Europa, economicamente, a competitividade de seus produtos já é muito forte. Dentro de uns cinco ou seis anos a Alemanha será um problema.”

Ernani Teixeira Torres Filho

“A maior parte dos investimentos japoneses na América Latina, nos anos 80, não foi feita na área industrial, no Brasil nem no México. Foi feita no Panamá, basicamente investimentos no sistema financeiro, e na mudança de bandeira da frota japonesa. O investimento em países com base industrial, nessa década, é muito menor do que na década de 70. No Panamá existe o dobro do capital japonês registrado no Brasil.”

Maria da Conceição Tavares

“O Brasil só tem uma possibilidade: ou ele faz seu próprio destino, ou pode esquecer. Não estamos na área de influência das grandes potências estratégicas. Pelo contrário, nosso problema é como resistimos aos Estados Unidos, para eles não acabarem com a gente. O Japão não vai nos ajudar na questão da informática, isso está claro. Já perdemos a Terceira Revolução Industrial, e não estou preocupada com isso. Podemos pegá-la daqui a 20 anos. O problema é não perder o país. Se conseguirmos alavancar recursos por nossos próprios meios, engataremos de novo. É preciso redesenhar o modelo de integração nacional, já que não há dinamismo internacional que nos puxe. Grave é que não temos projeto de Nação, estamos muito estilhaçados.”

AGENDA

No dia 7 de julho, realizou-se o primeiro debate do projeto *Reage Rio*, promoção do CORECON e do Instituto de Ensino Superior Gay-Lussac. Com a presença do presidente do CORECON, Carlos Lessa; do presidente da CPD do Brasil, César Duarte Pereira; do empresário do Grupo Villares, Vitorio Cabral; e do ex-diretor da CSN, engenheiro Alexandre Leal, como debatedores, e tendo como moderador o jornalista de “O Globo”, George Vidor, o encontro abordou a *Natureza e Origens da Estagnação Econômica Fluminense*.



No dia 14 de julho, para discussão do tema *Decadência da Qualidade de Vida do Estado do Rio*, os debatedores foram o presidente do Ibase, Herbert de Souza; o produtor cultural Joãosinho Trinta; o economista e jornalista Ricardo Bueno; e o economista do BNDES, José Roberto Soeiro. O Diretor Administrativo e de Recursos Humanos da Datamec, Alvaro Adolpho Tavares dos Santos, foi o moderador. O advogado Tício Lins e Silva e o professor José Paulo Netto não puderam comparecer.

Próximos Debates

11 de agosto — 19h — FRACASSO POLÍTICO: A BANCADA DO RIO SE EXPLICA

Moderador: Ricardo Boechat — jornalista de “O Globo”
 Debatedores: César Maia — deputado federal PMDB
 Jamil Haddad — deputado federal PSDB
 Vivaldo Barbosa — deputado federal PDT
 Sérgio Arouca — deputado federal PPS
 Carlos Santana — deputado federal PT
 Hidekel de Freitas — Senador PFL

18 de agosto — 19h — ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS: POBREZA E MARGINALIDADE NUMA SOCIEDADE EM CRISE

Moderador: Sérgio Zveiter — presidente da OAB/RJ
 Debatedores: Paulo Ramos — deputado federal PDT
 Newton Cerqueira — presidente Clube Militar
 Eliomar Coelho — vereador PT
 Wladimir Palmeira — deputado federal PT
 Alba Zaluar — socióloga e professora

25 de agosto — 19h — A FALTA DE REPRESENTATIVIDADE DAS ENTIDADES EMPRESARIAIS

Moderador: Sérgio Quintela — empresário, ex-presidente da AD.RIO
 Debatedores: Ronaldo César Coelho — empresário Banco Multiplic
 Luiz Carlos Pires de Araújo — economista, ex-presidente da Abamec
 Carlos Mariani — presidente AD.RIO e Banco da Bahia
 J.C. Macedo Soares — presidente Rio Fundo Editora
 Local dos debates: Teatro Gay-Lussac
 Rua Cel. Brandão, 87
 S. Francisco — Niterói
 Tel. informações: 719-7474

Sistema de Projeções Qualificadas CORECON — INSIGHT

INFLAÇÃO

O Sistema de Projeções Qualificadas do Conselho Regional de Economia do Rio (Corecon) aponta uma pequena queda, seguida de estabilidade, para a taxa inflacionária nos meses de julho e agosto deste ano. Pesquisa realizada pelo Corecon com 16 economistas prevê uma inflação de 21,29% para julho e 21,49% para agosto. Em função da greve do IBGE e das conhecidas dificuldades de apuração do índice INPC-IBGE o referencial de junho utilizado para a comparação foi a taxa divulgada pela Fipe para o período: 22,45%. Em comparação com o ano passado, no entanto, esses índices ainda estão elevados. O INPC de julho de 1991 foi de 12,5%, subindo em agosto para 15,6%.

JUROS

Os juros reais (descontada a TR do período) deverão registrar queda significativa, em julho e agosto deste ano, em comparação com a taxa de 2,6% apurada em junho. A projeção apontada por 15 economistas ouvidos pelo Corecon foi de 1,8% para julho e igual percentual em agosto. Somente um dos economistas absteve-se de projetar essa variável.

CÂMBIO

Uma pequena queda em julho e um novo repique em agosto deverá ocorrer com o câmbio, segundo os números apurados pelo Corecon. A taxa de desvalorização cambial de julho poderá bater os 18,33% voltando a subir para 21,32% em agosto, superando, inclusive, o índice de junho que ficou em 20,98%. A estimativa foi realizada com a participação de 14 economistas, verificando-se duas abstenções na tabulação.

DÓLAR PARALELO

A cotação do dólar no mercado paralelo deverá continuar evoluindo em níveis inferiores aos da inflação, de acordo com 15 economistas ouvidos pelo Corecon. Em junho a moeda americana foi cotada a Cr\$ 3 mil 670. Para julho deverá chegar a Cr\$ 4 mil 313, com uma variação de 17,53% em relação a julho podendo chegar em agosto nos Cr\$ 5 mil 201. De julho para agosto o paralelo terá, portanto, uma valorização de 20,59%. Verificou-se uma abstenção na tabulação.

DÓLAR COMERCIAL

Da mesma forma que o paralelo o dólar comercial não deverá apresentar surpresas em julho e agosto. Comparada com a cotação registrada no último dia de junho - Cr\$ 3 mil 414 — a moeda americana conseguirá valorização de 20,45% em julho, fechando o mês em Cr\$ 4 mil 112, evoluindo em mais 20,24% até fechar, agosto, cotado em Cr\$ 4 mil 944.

A partir deste número, o INFORME CORECON publicará, bimestralmente, o Sistema de Projeções Qualificadas, produzido pelo CORECON e Insight Assessoria de Imprensa, Engenharia de Comunicação e Marketing Ltda. A idéia do Sistema surgiu da necessidade de uma análise mais abrangente da conjuntura que, tomando a média das opiniões, forneça uma previsão econômica de curto e médio prazos referenciada nas diferentes tendências ideológicas.

Para isso, serão consultados em torno de 20 economistas, entre aqueles que, por força de suas atividades profissionais ou acadêmicas, façam acompanhamento rigoroso da conjuntura.

O sistema abordará 11 indicadores econômicos: inflação, juros, câmbio, dólar paralelo, dólar comercial, produção industrial, superávit comercial, PIB, taxa de desemprego, formação bruta de capital/PIB, contas do governo/PIB. Nesta primeira versão, 16 economistas responderam à consulta.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

A produção industrial continuará crescendo, mas em ritmo lento segundo estimativas dos economistas ouvidos pelo Corecon. Para julho a projeção é de um crescimento da produção industrial dessazonalizada de 1,7% em relação ao mês anterior, enquanto em agosto essa taxa declinará para 1,3%. Verificou-se quatro abstenções na tabulação. Os dados utilizados para fazer a comparação foram produzidos pela Fiesp.

SUPERÁVIT COMERCIAL

O país continuará superavitário em suas trocas comerciais com o exterior, segundo o Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon. Para julho está previsto um superávit de US\$ 1,3 bilhão, o mesmo acontecendo em agosto. Em relação ao ano passado esses números chegam a ser alentadores. Em julho o superávit foi de US\$ 772 milhões caindo no mês seguinte para US\$ 652 milhões.

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

O Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer em 1992, estimulado pelo desempenho favorável do setor agrícola e pelo ligeiro avanço da produção industrial. Segundo as estimativas do Corecon o PIB crescerá 2% contra 1,22% registrado em 1991.

TAXA DE DESEMPREGO

O desemprego aberto aumentará este ano. O Sistema de Projeções Qualificadas do Corecon indica que o país fechará 1992 com uma taxa de 6,9%. No ano

passado, o desemprego aberto em São Paulo, medido pelo IBGE, chegou a 5,5% enquanto no Rio o índice foi de 3,6%.

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL/PIB

A Formação Bruta de Capital continuará em níveis baixos, refletindo as incertezas da economia que desestimulam a realização de novos investimentos em infra-estrutura. A FBK deverá ficar em 15% do PIB repetindo o nível do ano passado, o mais baixo da história do país.

CONTAS DO GOVERNO/PIB

Os economistas que participam do Sistema de Projeções Qualificadas prevêem que o governo federal amargará um déficit operacional de 2,21% este

ano. Há porém uma exceção à regra: um dos economistas ouvidos pelo Corecon considera que o governo poderá fechar o ano com um superávit de 1,2%. Se tal projeção fosse desconsiderada, o déficit nas contas oficiais chegaria a 2,72%.

OBSERVAÇÕES:

a) Todas as projeções citadas foram feitas antes do anúncio do acordo da dívida externa.

b) Todas as projeções citadas refletem a média da opinião dos economistas ouvidos pelo Corecon.

c) Foram utilizados como fonte para indicadores econômicos passados a revista Conjuntura Econômica, publicada pela Fundação Getúlio Vargas; o Departamento de Comércio Exterior do Banco do Brasil e o Banco Central.

d) Foram consultados os seguintes economistas: Roberto da Cunha Castelo Branco (Banco Arbi); Célio Lora (Price Waterhouse); Francisco Assis (Banco Marka); Rodrigo Quental (Cia. Vale do Rio Doce); Eduardo Scaletsky (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Dieese); Flávio Castelo Branco (Ipea); Alberto Furuguen (Banco Central); Helena Landau (PUC); José Eduardo Carvalho Pereira (BNDES); José Márcio Camargo (PUC); Reinaldo Gonçalves (UFRJ); Cláudio Contador (Coppe-IFRJ); Ademar Mineira (Ibase); Antônio Carlos Porto Gonçalves (Fundação Getúlio Vargas); José Cláudio Ferreira (Ipea) e Gil Pace (GPC — Consultores).

SISTEMA DE PROJEÇÕES QUALIFICADAS (4º bimestre/92) Indicadores Econômicos

	JULHO	AGOSTO
Inflação (%)	21,29	21,49
(INPC-IBGE)		
Taxa de Juros Real (%)	1,80	1,84
(descontada a TR do período)		
Taxa de Câmbio (%)	18,33	21,32
Dólar Paralelo	4.313,19	5.201,78
Dólar Comercial	4.112,13	4.944,90
Produção Industrial (%) — dessazonalizada	1,7	1,3
Superávit Comercial (US\$ 1.000.000)	1,3	1,3
	(1992/1991)	
Produto Interno Bruto (%)	2,0	
Taxa de Desemprego (%)	6,9	
FBK/PIB (%)	15	
Contas Governo/PIB (%)	Déficit	2,21
(conceito operacional)	Superávit	

ECO-92: Tratado econômico é confuso e irrelevante

O Fórum Global, que reuniu mais de 3 mil organizações não governamentais — as ONGs — paralelamente à UNCED, em junho, discutiu, entre outros assuntos, os modelos econômicos e formas alternativas de desenvolvimento.

Essas discussões foram condensadas num documento, o "Tratado dos Modelos Econômicos Alternativos". Em debate promovido pelo Corecon e Clube de Engenharia, no dia 24 de junho, esse documento foi analisado, e os debatedores o qualificaram de ingênuo, confuso e irrelevante.

A seguir, um resumo das principais críticas feitas ao "Tratado".

José Clemente de Oliveira

Logo no início o documento propõe alternativas que são, basicamente, uma volta a sistemas primários, pré-tecnológicos. É um retorno na História, que não tem retorno... Mais adiante, ao dizer que o modelo econômico alternativo deve basear-se na relativa auto-suficiência das comunidades, as reduz a microssistemas econômicos autárquicos. Nem o governo chinês se aventuraria nesse tipo de proposta, que significa o fim do comércio e do mercado mundiais. Me parece uma idéia bastante utópica.

Depois aparecem as contradições, como o compromisso de desenvolver alianças entre os trabalhadores visando melhores salários e condições de trabalho. Ora, melhor salário não é permitido por esse modelo. Além disso, a proposta anti-industrializante que permeia todo o documento não tem o menor fundamento na realidade.

Darc Antonio Costa

O título do Tratado nada tem a ver com seu conteúdo. Mistura razões históricas com o processo de desenvolvimento tecnológico, industrialização, mas não estabelece uma ligação coerente.

Ao mencionar que "a crise está enraizada na dinâmica de um modelo econômico centralizado na busca de lucros em vez da promoção do bem-estar das comunidades (...)" e esse sistema assume o consumo infinito de recursos, num plane-

ta finito", retoma-se a velha tese malthusiana, pessimista, e o documento segue abordando o livre mercado, a injustiça social, o estado neoliberal, a natureza patriarcal do sistema industrial, como idéias soltas. Rejeita o mercado e também o Estado. Para mim, essa é uma maneira de inviabilizar o trabalho das ONGs. Ou se cai num marxismo mal resolvido, ou na linha dos liberais mais ortodoxos.

Herbert de Souza

Esses tratados formam um módulo das discussões das ONGs. Foram 23 temas, e o processo de formulação dos tratados foi um tanto anárquico, aleatório, eu diria. Minha dificuldade em criticar o documento é justamente sua debilidade. Ele se coloca como crítica ao modelo neoliberal, mas não apresenta soluções aos problemas que ataca. Esse modelo é, hoje, o mais vulnerável à crítica que existe no mundo, até porque ele não existe na prática. Toda a proposta de eliminação do Estado é feita em academias, e o que se vê por toda a parte é o Estado cada vez mais forte.

A oportunidade perdida por esse documento, de apresentar alternativas, é lamentável. Acho que há alternativas consistentes e, com toda a certeza, não se trata de voltar às economias primitivas. O que se contrapõe ao neoliberalismo é a democracia. E aí temos um mundo de propostas, estas sim merecedoras de um grande debate.

Breno Marques

Faltaram dados técnicos a esse documento. Eu o vejo como um rol de anseios, muitos deles contraditórios entre si, e falta definição nas questões centrais. Uma delas é a ética, compreendida como o respeito aos direitos das pessoas, dos direitos econômicos face aos individuais. O neoliberalismo define bem isso: seu direito econômico é total, e o seu direito de indivíduo depende dele, em última instância. É um problema complexo, que, hoje, se expressa na corrupção, e está minimizado no documento.

Outra questão que o documento não aborda é o papel dos cartéis, das holdings. Foram essas estruturas que tornaram o mercado mais concentrador de renda do que já era.

Guilherme Camargo

A crítica a esse documento só tem sentido se for feita uma crítica ao ecologismo que está se colocando hoje em dia, uma avaliação da Rio 92 e do Fórum Global. Fala-se em modelos alternativos de energia, transformando os modelos energéticos e propondo a utilização de biomassa, lenha etc. Isso vai na contramão do desenvolvimento econômico que se conhece em todo o mundo. A busca de uma energia tecnologicamente mais avançada sempre correspondeu ao avanço da própria sociedade. Acredito que esse documento não seja apenas inócuo. Na pior das hipóteses, ele serve a outros

interesses, por omissão ou ingenuidade.

José Roberto Soeiro

O documento apresenta uma crítica geral seguida de um conjunto de — talvez — princípios, ingênuos, que não têm amarração consistente e não configuram um modelo. Mas são questões importantes e, por isso, há um lado sugestivo no documento: imagino que as organizações que o produziram sejam compostas por pessoas que têm a ânsia de transformar a partir das bases, das comunidades. Até porque, findo o conflito Leste-Oeste, o novo dilema somos nós, o Sul.

Basta ver nosso país. De democrático só nos resta o voto universal. A diferença social é cada vez maior. Quando nos deparamos com a questão social, na magnitude em que ela se apresenta, verificamos que o modelo capitalista está fracassando na articulação dos fatores de produção. O Tratado só faz levantar questões a serem discutidas.

Luiz Antonio Ruffo

O documento traça uma série de críticas muito coerentes sobre a situação mundial atual. Mas quando procura delinear os traços do que seria uma sociedade mais justa, apresenta todo um ranço de passado que aponta para caminhos que não são viáveis. As próprias sugestões são inconsistentes, de modo que não há nada a falar.

"Uma alternativa deve se basear em modelos indígenas, em comunidades de base, (...) e na relativa auto-suficiência de regiões e nações, e não no comércio livre, no mercado mundial e grandes corporações, que ditam a produção e a distribuição"

Trecho do Tratado

"Indicadores de desenvolvimento não devem apenas medir crescimento material e tecnológico. Devem refletir bem-estar individual, social e ambiental. Devem incluir trabalho doméstico, igualdade da distribuição da renda, cuidado das crianças e a maximização da felicidade humana"

Trecho do Tratado

Projeto de Reforma Fiscal prevê cortes de US\$ 9 bi

Em palestra promovida pelo CORECON e Abamec, Sérgio Werlang, membro da Comissão da Reforma Fiscal, falou sobre o projeto. A seguir, os principais trechos da exposição.

O projeto partiu de duas idéias básicas. A primeira vem da resposta à pergunta: o que nós queremos do Estado? A segunda, do modelo de país que a Constituição de 1988 desenhou. Depois de 1964, nossa economia tornou-se muito centralizada, com divisão de recursos ao bel-prazer, e com a retirada de muitos recursos dos estados e municípios. A Constituição estabeleceu que os estados e municípios são mais importantes que a União.

Tínhamos, então, dois caminhos: ou voltávamos ao modelo centralizador, ou desmantelávamos o que sobrou da União, cortando cerca de 2% do PIB pelo lado dos gastos. Optamos pelo segundo, ficando a União apenas com as questões de difícil manejo para estados e municípios, como as Forças Armadas e pesquisa científica e tecnológica, por exemplo. E, nesse modelo, era preciso reestruturar a arrecadação tributária e previdenciária, simplificando e diminuindo impostos sobre o setor formal da economia, e atingindo o setor informal com alguns impostos e contribuições. A grande carga tributária, o imenso aumento da contribuição sobre folha salarial — que hoje, fora o FGTS, varia entre 30% e 37%, contra 20% a 27% em 1967 — têm como consequência a crescente sonogação e a saída do setor formal da economia pelo custo excessivo do empregado.

Pensamos em poucos impostos para a União, um grande imposto para os estados e um grande imposto para os municípios. Estes últimos ficaram com o imposto sobre a propriedade, transformando em Imposto sobre Propriedade Imobiliária, ao incorporar o Imposto Territorial Rural.

Nos Impostos sobre Valor Adicionado, os estados ficam com o ICMS e, unificando-se o ISS e o IPI, elimina-se a dupla taxação. A União fica com o Imposto de Renda e os impostos sobre exportação e importação, que são de caráter nacional e instrumentos de política econômica.

Mas ainda faltaria muita coisa para a União. Vimos, então, a necessidade de

outros impostos. Em vez de devolver o IPI inteiro, a União ficará com 37% de sua arrecadação, transformados em imposto seletivo ou específico. Escolheu-se bebida, tabaco e automóveis para serem taxados pela União, embora possa haver ICMS sobre eles. E outros três produtos foram escolhidos: eletricidade, telecomunicações e combustíveis. Com exceção deste último, os outros dois são impostos ruins porque incidem sobre insumos, fatores de produção. Porém, verificamos que muitos países têm impostos ruins de efeito arrecadador, e optamos por alíquotas baixas.

Pensamos, ainda, em introduzir o Imposto sobre Transações Financeiras, com alíquota entre 0,2% e 0,25% para os débitos bancários. Na Argentina, por exemplo, houve desintermediação financeira a partir de 1987, quando esse imposto teve sua alíquota aumentada para 0,7%. Esse imposto deverá ser transitório, e é ruim, mas tem um pior ainda: o Imposto sobre Ativos. Incide sobre o total dos ativos das empresas, menos participações acionárias, empréstimos intra-empresas e investimentos feitos no ano, com alíquota de 2% para a maior parte das empresas e compensável pelo IR.

É fácil maquiagem balanço, mas esconder ativos, não. Há empresas com prejuízos há oito anos, e não parecem preocupadas com isso. Tem algo estranho aí. Se não



“Nosso trabalho visa acertar as contas do governo federal”

tem lucro, taxamos pelo patrimônio. Pessoas físicas só serão taxadas se forem sócias da empresa e seus ativos forem imputáveis à atividade da empresa.

Esses três impostos — o seletivo incidente sobre fatores de produção, de transações financeiras e de ativos — são economicamente ruins, mas são transitórios, de ajuste e nossa sugestão é que suas alíquotas sejam baixadas a zero paulatinamente, na medida em que os bons impostos cheguem a níveis satisfatórios, o que pressupõe a reformulação da economia.

Como reformular a economia? Esses impostos trazem consequências importantes, como por exemplo: baixar alíquota do IR de pessoas jurídicas para 35%, acabar com a contribuição social sobre o lucro, acabar com o IOF, PIS-Pasep e Finsocial, diminuir a contribuição sobre folha salarial do empregador em 10%. E propomos tornar o FGTS optativo. Os impostos sobre ativos e transações financeiras têm a vantagem de proporcionar aumento da base de tributação.

O IR sobre ganhos de capital será zerado. Com a instalação do Mercosul, permitindo a livre movimentação de bens e serviços, não será possível impedir a livre circulação de capitais. Se alíquotas forem mantidas, as negociações serão feitas nas Bolsas de Montevidéu e Buenos Aires. Os dividendos também continuarão com taxa zero, que será estendida a investidores estrangeiros.

Hoje há incentivos para quem investe nos fundos de pensão privados. Além da postergação fiscal, isentamos esses fundos de qualquer IR, que só será cobrado quando o cidadão se aposentar e retirar seus rendimentos.

Quanto ao Imposto sobre Ativos, pela natureza do setor financeiro, enquanto meio de transporte do capital financeiro para a economia e sendo muito alavancado pela própria essência de sua atividade, não pode ter esse imposto no mesmo nível de outros setores da economia. Será zero, e a contrapartida será a elevação dos 35% atuais para 40% do IR das instituições financeiras.

A contribuição previdenciária total no

Brasil, hoje, inclusive com o FGTS está em torno de 45,6%. A média mundial é de 30%. Nos EUA e Inglaterra, 20%. A informalidade da economia deve-se, como dissemos, à elevadíssima contribuição sobre folha. Então, a primeira providência foi baixar a alíquota do empregador em 10%, e introduzir o preceito constitucional de que as contribuições de empregado e empregador tenham a mesma alíquota.

O segundo passo foi acabar com a discrepância entre funcionários públicos e do setor privado. Estes têm aposentadorias, em média, de dois salários mínimos, enquanto que, para os funcionários públicos, a média é de 11,7 salários mínimos. A igualdade de aposentadorias será introduzida como preceito constitucional.

O envelhecimento da população brasileira, que hoje cresce a taxas muito menores, diminuiu muito a razão entre contribuintes e beneficiários. Acoplado ao excesso de benefícios concedidos pela Constituição, tornou o princípio da aposentadoria por idade inevitável. Até porque a aposentadoria é um prêmio pela perda da capacidade laborativa, e não prêmio para quem já trabalhou muito. Propomos 65 anos para o benefício integral, e 60 anos para o parcial — cerca de 70% do integral, com 20 anos de contribuição.

Resta ainda a questão das aposentadorias hereditárias, ligadas à linha militar. Elas hoje respondem a 1/3 do total de aposentadoria desse setor. E é preciso redefinir, no geral, a noção de dependentes.

Quanto ao desmantelamento da União, trata-se de uma sugestão. A margem de manobra no corte de custos do orçamento da União ocorre numa rubrica que eles chamam de “outros custeios de capital”, onde cabe tudo o que for possível e imaginável. A comissão está retirando todas as vinculações constitucionais: elas só poderão ser feitas por lei. Mudou o país, mudam as vinculações. Propomos o fim da estabilidade no setor público, a diminuição das transferências voluntárias do governo — que se concentram na Secretaria de Desenvolvimento Regional e no Ministério da Ação Social —, e a automatização das transferências para estados e municípios.

Esse corte de gastos pode nos levar a uma economia da ordem de 1,5% a 2% do PIB, algo em torno de US\$ 9 bilhões. É uma proposta ambiciosa, mas o nosso trabalho é justamente acertar as contas do governo federal. Se a proposta da comissão for aprovada, conseguiremos um superávit primário do setor público federal de 5% do PIB, cerca de US\$ 22 bilhões. O suficiente para pagar os juros e obter credibilidade para os títulos do governo, e ainda sobra dinheiro para obras sociais.

Anuncie no Informe CORECON

O “Informe CORECON” é lido por mais de 20.000 profissionais de economia, dotados, por definição, de apurado senso crítico e, portanto, capazes de bem avaliar os produtos e serviços que são oferecidos. O “Informe CORECON” funciona como uma eficiente mala direta, dirigida a um mercado de significativo poder de compra. Experimente valorizar o seu produto ou serviço nas páginas do “Informe CORECON” — um jornal de circulação dirigida e com informações de interesse geral.

O Conselho Regional de Economia valoriza o seu público.

Informações na secretaria do CORECON - Tel.: (021) 224-0578

O outro lado do acordo

Mais sacrifício, remessa de US\$ 2 bilhões e vitória dos bancos.

O governo comemorou o acordo com os credores privados, assinado no dia 9 de julho, após 11 meses de negociações, como uma vitória do Brasil sobre os bancos internacionais. Embora os bancos tenham feito algumas concessões — como a redução no estoque da dívida e no montante de juros, e a vantagem do alongamento —, estas se explicam por razões da situação internacional, e não como o Executivo quer fazer crer, por uma posição de força do país na mesa de negociações.

Na verdade, o acordo é duro e vai impor sacrifícios ainda maiores ao país. O aumento significativo do pagamento dos juros em atraso de 1991 e 1992, que sai dos 30% atuais para 50%, implicará, na conta de alguns economistas, num desembolso aproximado de US\$ 2 bilhões no ano que vem, contra os US\$ 700 milhões pagos neste ano.

É certo que o Brasil não tinha como escapar de um acordo e, nesse ponto, há unanimidade entre os economistas. Porém, mais uma vez, diferentemente de países como o México e a Polônia, o Brasil não fez ver os credores que imerso numa profunda recessão e às voltas com o agravamento dos seus problemas econômicos e sociais, não comporta maiores sangrias. Quanto à entrada de capitais estrangeiros, ela já vinha ocorrendo mesmo antes da assinatura do acordo — que só entra em vigor após aprovação no Senado e adesão dos bancos, o que está previsto para o início do próximo ano —, mas tem se concentrado na especulação.

A esfuziante comemoração do governo nos dias que se seguiram à assinatura do acordo — com pronunciamento de Collor em cadeia de rádio e TV — deve-se a razões políticas. Atropelado pela CPI do PC, o presidente pôde voltar à TV para, desta vez, apresentar à Nação o que considerou "um bom acordo, negociado de forma digna e soberana". Porém, como disse Celso Furtado — um dos analistas consultados pelo CORECON — "a vitória foi dos bancos, que resolveram os problemas de suas carteiras".

■ Celso Furtado, economista

"Me impressionou muito o barulho que se fez em torno desse acordo. Ele interessava muito mais aos bancos, que emprestam quando têm reservas disponíveis. Pela lei internacional, e particularmente pela lei dos Estados Unidos, se o país é considerado pouco viável, obriga-se a um aumento das provisões de reserva. Nos Estados Unidos, chega a 50%. Normalmente, é menos de 5%. Isso mobilizou muito, criou grandes prejuízos para os bancos norte-americanos. Eles só poderiam sair disso se o Brasil não mais figurasse na lista de países inadimplentes. Ao Brasil também interessava chegar a uma formalidade qualquer, mas a urgência era dos bancos norte-americanos.

O que me chamou a atenção — e é muito grave dada a dificuldade do Brasil em sair do atoleiro — é que não se apresentou a questão francamente, não se disse que estamos em dificuldades e vamos nos impor mais um sacrifício. Fez-se outra coisa: apresentou-se o acordo ao público, ignorante, como uma grande vitória do Brasil na confrontação com os bancos. Na verdade, a vitória foi dos bancos, que resolveram os problemas de suas carteiras.

Quando eles emprestaram dinheiro ao Brasil, as taxas de juros eram de 2%, depois saltaram para 8%, 10%. Eles ganharam muito dinheiro com o Brasil. Em 1979 a dívida brasileira era de US\$ 60 bilhões. Era grande, mas com juros de 2% e a capacidade exportadora do país em torno de US\$ 30 bilhões, dava para agüentar. Mas o que aconteceu? Com a subida da taxa de juros, o Brasil faliu. Cinco anos depois, a dívida tinha passado para US\$ 1210 bilhões.

O acordo era necessário, mas é preciso dizer à população que foi um acordo duro, e que precisaremos de grandes sacrifícios para cumpri-lo. Será preciso tirar de onde é possível e, para fazer isso sem conflito social, é preciso tirar de quem tem, e não dos pobres. Desses já se tira com a inflação".

■ Paulo Rabello de Castro, economista, editor da Conjuntura Econômica (FGV)

"Observo que há um equívoco básico sobre a dívida: ela não será reduzida em 35% porque os bancos preferirão a opção por bond. Quanto à entrada de dinheiro de investimentos, não serão eles capazes de mobili-

zar a retomada do crescimento sem a recomposição da confiança, da ética pública e do valor da moeda nacional".

■ Severo Gomes, senador

"O acordo foi cantado como grande vitória, mas é uma rendição condicional. Lamento que o país não tenha capacidade de se posicionar num confronto externo diferentemente do que faz hoje. Todos os ministros que assinaram acordos declararam não estar obedecendo regras externas, e sim racionalidades econômicas. Esse filme é antigo".

■ Saturnino Braga, ex-senador e ex-prefeito do Rio.

"O acordo foi uma medida necessária, estávamos num beco sem saída. Era preciso reduzir, de alguma forma, o compromisso formal. Não acredito que o acordo seja importante como fator de retomada, de redinamização. São necessárias outras decisões, como a retomada dos investimentos estatais. O acordo não deve ser saudado como algo restaurador, mas reconhecido como inevitável".

Principais pontos do acordo

— Dívida de longo e médio prazos do setor público: rolagem por um prazo de até 30 anos, com taxa de juros média de 6% a.a. São US\$ 44 bilhões, dos quais US\$ 40 bilhões referem-se a dívidas anteriores a 1988, e US\$ 4 bilhões ao dinheiro novo que entrou com o acordo de 1988.

— Redução: até 35%, em média, do estoque da dívida e montante de juros pagos, alongamento das prestações e proteção contra alta dos juros internacionais.

— Rolagem: os US\$ 44 bilhões serão rolados por meio de sete instrumentos (seis bônus e um contrato de reestruturação), com vantagens diferenciadas, e o acordo prevê que a adesão dos bancos a esses instrumentos deverá obedecer a critérios. O objetivo é impedir estrangulamento do país com pagamentos de juros e aporte de garantias. Se os critérios não forem respeitados pelos bancos, o Brasil pode desistir do acordo.

— Garantias: no mínimo, US\$ 3,2 bilhões terão que ser apresentados em garantias no início da vigência do acordo. Há prazo de dois anos para o desembolso dessas garantias, com a compra de títulos do Tesouro norte-americano.

INFORME
CORECON

IMPRESSO

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR 52.2246/86

